

Um Outro Olhar Sobre a Ditadura Militar Brasileira

Graziele Meire Frederico¹



Resumo

Há 50 anos do golpe de Estado que instaurou a ditadura militar no Brasil (1964-1985) a literatura apresenta-se como um “arquivo surpreendente que guarda de maneira mais incisiva do que a historiografia, a memória ainda dolorida de um tempo áspero e impróprio”². Em reportagem publicada pelo jornal Estado de São Paulo no dia 26 de novembro de 2011, intitulada “Lançamentos literários recentes se dedicam à ditadura militar no Brasil – Movimento editorial que ajuda a iluminar a traumática história recente do País”, fala-se na publicação de diversas obras, tanto por editoras menores ou chamadas ‘de esquerda’, como por grandes grupos, abordando o tema da ditadura militar. Tal movimento editorial estaria relacionado com a promulgação da Lei n.12.528/2011 que criou a Comissão Nacional da Verdade, e a comemoração do cinquentenário do golpe.

Entre tais obras está o romance *K.*, de Bernardo Kucinski, publicado pela editora Expressão Popular em 2011, que narra a dolorosa busca do pai de Ana Kucinski, K., pela filha desaparecida pelos militares. Tendo a literatura como espaço privilegiado para análise de tema, conforme propõe Vecchi e Dalcastagnè, uma vez que o processo de redemocratização do país, que deu origem a Lei da Anistia “ampla, geral e irrestrita” impossibilitou uma divisão nítida entre vítimas e criminosos, criando também uma disputa pela memória do período, que “ainda continua controversa e não compartilhada”, a análise do romance *K.* problematizando a narrativa sob questões como a desobediência epistêmica e a opção descolonial proposta por Walter Mignolo e a diversidade de vozes defendida por Regina Dalcastagnè apresenta-se como uma tentativa de oferecer resistência às

¹ Mestranda na Universidade de Brasília

² VECCHI Roberto DALCASTAGNÈ Regina. Apresentação. Revista de Estudos de Literatura Brasileiro Contemporânea, n.43 janeiro/junho 2014

banalizações dos fatos, gerando conteúdo crítico sobre a literatura produzida em tempos democráticos.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar brasileira, narrativas da violência, descolonização, vozes, K., Bernardo Kucinski, Regina Dalcastagnè, Walter Mignolo



UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA

Walter Mignolo defende em seu livro *The Darker Side of Western Modernity*, a opção descolonial de conhecimento, propondo já na introdução de seu trabalho que esta seria uma possibilidade dentre outras. Ainda que apresente argumentos para seu ponto de vista, Mignolo afirma que a sua é apenas uma de outras causas. Do mesmo modo Regina Dalcastagnè em sua obra *Literatura Brasileira Contemporânea – um território contestado*, expõe os problemas de uma homogeneização de vozes escritoras e narradoras na literatura brasileira contemporânea, mas textualmente expõe que não pretende designar quem pode escrever sobre o que, ou quais vozes seriam mais legítimas ou menos do que outras. Há entre os dois autores um pressuposto de pluralidade nos pontos de vista. Uma das questões suscitadas para estudo do romance K. foi, então, qual pluralidade havia ou menos na obra.

Ainda que a voz do senhor K., pai da filha que fora desaparecida, permeie todo o romance, há outros narradores que o compõe: temos a filha de K. numa carta escrita para uma amiga, o torturador, a amante do torturador, o militante infiltrado, a faxineira da Casa da Morte de Petrópolis, uma psicóloga, uma imaginação simulada por K. de como teriam sido os pensamentos dos membros do colegiado que votou pela demissão por justa causa de sua filha da Universidade de São Paulo, os policiais que trabalhavam no DOPS e o marido de Ana, companheiro Rodriguez que praticamente encerra o romance também em gênero epistolar, analisando a situação da luta armada e da organização a qual pertencia, a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O romance desde o início coloca-se como uma narrativa para cobrir as lacunas da memória, individual e coletiva sobre a ditadura militar brasileira. O personagem K., também fora preso político em seu país de origem, a Polônia. Mas ainda que trace paralelos entre os regimes repressivos de lá, a perseguição de Hitler e o *sorvedouro de pessoas* que foi a ditadura brasileira, ele não consegue não admitir que a identificação e a clareza com que as prisões e execuções se deram na Europa, teriam sido melhores, diante da situação que vivia de nada saber.



O narrador K. conta, intercalando com as vozes dos demais narradores, como se deu sua percepção pela ausência da filha, os primeiros passos de sua busca, os interlocutores com os quais tratou, o desafio de comprovar e não esquecer um fato que o sistema político (e a memória coletiva) insistem em afirmar que não aconteceu.

“Se ela não tinha esse endereço, quem o deu ao sistema? Mistério. Como teria seu nome se colado ao meu endereço, nessa nebulosa da internet, na qual nada é deletado? O mais provável é que eu mesmo tenha associado nome a endereço; será quando requeri a declaração de ausência? Será quando pedi ao advogado que desse trâmite ao espólio? Será quando exigi da Universidade a revogação do ato ignóbil de sua expulsão por abandono de função? Nunca saberei quando isso aconteceu. Sei que as cartas à destinatária ausente continuarão a chegar. O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignorarão, antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado, como a atestar a autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos.” (KUCINSKI, 2012: 17)

Já em 1996, Regina Dalcastagnè enfatizou a importância do não esquecimento sobre a violência e torturas realizadas pelos militares no período:

“Eles permanecem aí, sorrindo – em reuniões regadas a bom uísque, sorrindo – diante das câmaras de televisão, sorrindo – de terno e gravata, sorrindo. Parecem felizes, diriam uns, estão de bem com a vida, pensariam outros, têm belas lembranças, concluiriam então. Sem dúvida! Cada vez que um deles se olha no espelho, preparando-se para aparecer em público, uma súbita alegria o invade. É um homem impune, e sempre que se lembra disso ele sorri. Sorri diante do nosso esquecimento, sorri diante da perplexidade daqueles poucos que ainda se recordam, que ainda sofrem. Sorri por todos os sorrisos que roubou. Sim, eles permanecem aí e celebram a nossa

indiferença, nossa curta memória. Mas ainda é cedo demais para esquecer, e o sorriso deles é a prova disso. Enquanto vamos levando nossa vidinha de todos os dias, preocupados com o preço da gasolina e a violência das grandes cidades, eles andam pelas ruas, vão ao cinema, freqüentam restaurantes, assombam suas vítimas. Que imensa ilusão pensarmos que estamos em segurança enquanto eles sorriem. Se ainda não podemos fazer alguma coisa, temos ao menos a obrigação de não esquecer.” (DALCASTAGNÈ, 1996: 15)³



Em consonância com o referido por Finnazzi-Agrò de que talvez somente o dispositivo literário e a sua potência consigam tratar e apresentar o interdito, trazer pela comoção o “inexplicável da violência, sem regra e sem medida, do homem sobre e contra o homem⁴”, a história de K. nos remete a culpa do pai que não percebeu as atitudes da filha, a impotência no tratar com informantes que desinformavam, extorquiam; os amigos que não conseguiam ajuda-lo, autoridades que nada conseguiam ou nada faziam, a experiência de preso político dele na Polônia que voltava e colocava o desaparecimento da filha sob uma ótica ainda pior, a religião judaica impassível com suas regras imutáveis de sepultamento, a literatura que apresentava-se como mais uma culpa e a língua iídiche que pouco ou nada mais representava para este pai que se viu diante do *sorvedouro de pessoas*.

A narrativa de K. conta a história de um entre tantos familiares que buscaram e ainda buscam por parentes desaparecidos pela ditadura. Os episódios narrados no romance contam fatos noticiados, como a ação do arcebispo de São Paulo em reunir as famílias que procurava pelos seus desaparecidos, há alusões as Mães de Maio, a busca de Zuzu Angel pelo filho, história contada também no cinema com o filme homônimo dirigido por Sérgio Resende, lançado em 2006; há referências ao delegado torturador Sérgio Paranhos Fleury, ao militante líder da ALN, Marighella e o centro de tortura onde Ana Kucinski teria sido desaparecida, a Casa da Morte de Petrópolis. Os fatos são amarrados pelas dores desse pai a cada não-resposta, não-confirmação, não-corpo, não-justiça.

³ DALCASTAGNÈ, Regina. O espaço da dor. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

⁴ FINNAZZI-AGRÒ, Ettore. (Des)memória e catástrofe. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n°43. Brasília janeiro/junho 2014.

O que intensifica a experiência trazida por K. a luz de tantos anos passados da fase dos romances-testemunho e romances de denúncia da ditadura militar, é justamente o complementar de vozes que se agregam aos relatos desse pai. A expressão que depois seria levada por todo o romance de “foram desaparecidos”, por exemplo, entra na obra pela voz de um outro:

670

“Um senhor levantou-se, disse que viera de Goiânia especialmente para a reunião. Seus dois filhos, um de vinte anos e o outro de apenas dezesseis, foram desaparecidos. Esse senhor gaguejava, parecia em estado catatônico. Foi o primeiro a usar a expressão “foram desaparecidos”. Também trazia fotos dos filhos. Depois dele, K. tomou coragem e contou sua história.” (KUCINSKI, 2012: 26)

Um dos primeiros narradores adjuntos é a voz de um membro de uma organização que lutava contra a ditadura. Ali estava um reconhecimento de que ao terem o chefe capturado pelos militares, eles deveriam ter aceitado a derrota. Teria sido a maneira de se pouparem para futuros embates, mais possíveis. A solução, única possivelmente, admitida pelo narrador, era assumir a derrota.

Reconhecer a derrota. Pronto, acabou. Perdemos. Não tem mais luta. Queimar os papéis, abandonar os planos, destruir as pistas, ignorar todos os pontos, não atender telefone, cortar os contatos. Mas vão se passar décadas até os raros sobreviventes admitirem em retrospecto que a única saída era aceitar a derrota.” (KUCINSKI, 2012:30)

Poucos capítulos depois há a voz de Ana, em uma carta escrita à uma amiga. Ela lembra um filme de Buñuel como representação da situação em que se encontrava. Não tinha mais tão claro o que estavam realmente fazendo, qual o sentido da luta que estavam elaborando diante dos companheiros sequestrados e mortos pela repressão, do abandono da política pela luta armada. Ana expõe um alienamento tanto dos que não lutavam contra a ditadura como daqueles que estavam ao seu lado na Organização:

“Não sei como é o ambiente no Rio, mas aqui o que me impressiona mais é a alienação das pessoas. Não estou falando dos bundões da Química. Falo de outros, que eu respeito. Sinto neles um fatalismo, uma frieza, até uma perda de humanidade, como se a política fosse tudo e nada mais interessasse. Alguns também são muito arrogantes. Vejo as pessoas criando suas objetividades fora da realidade, se enclausurando, e aí vale tanto para os bundões da Química quanto para os esclarecidos e engajados. Tem alguma coisa muito errada e

feia acontecendo, mas não consigo definir o que é. Sabe, uma coisa é a gente sonhar e correr riscos mas ter esperanças, outra coisa muito diferente é o que está acontecendo. Uma situação sem saída e sem explicação, direitinho como no filme do Buñuel. Uma tensão insuportável e sem nenhuma perspectiva de nada. Já nem sei mais onde está a verdade e onde está a mentira.” (KUCINSKI, 2012:53)

Da voz dos que lutavam contra a ditadura, o romance passa àqueles que trabalhavam com a repressão. Um dos primeiros a se apropriarem desse espaço é o policial que prendera Ana e o marido, ainda que não explicitamente sejam citados os nomes, vê-se que teriam capturado a cachorra Baleia, da qual Ana tinha falado em sua carta. Diante da irritação por não poder assassinar a cachorra e não suportar o comportamento desse animal que não come e nem morre, há a especulação do militar pelo que seria o ponto de vista da cachorra diante do sequestro de seus donos.

“Não tínhamos pensado na cadela. O Lima levantou tudo – o danado, até o nome da cachorrinha, Baleia, nome besta para uma cadelinha miúda e peluda pra caralho. De onde é que tiraram esse nome? Chequei com o Lima se era isso mesmo. Ele garantiu que era e ainda falou: como está no informe – filho da puta quis tirar um sarro. Mas não adianta chamar pelo nome, a cachorra não reage, não come desde o dia que chegou, de vez em quando lambe a água e só; já são seis dias, não come e nem morre, fica ali, aplastrada, de orelhas caídas, fingindo de morta, se a gente chega perto, rosna, cachorra filha da puta, como se estivesse acusando, como se soubesse de tudo.” (KUCINSKI, 2012:65)

O narrador imbui o animal de sentimentos humanos: acusação, saudade, tristeza pela falta dos donos e inclusive culpa, por não ter percebido a aproximação de uma ameaça. Como propõe Viveiros de Castro, há uma equivalência entre as relações estabelecidas que os humanos e não-humanos mantêm consigo mesmos. Onde “os lobos vem os lobos como os humanos vem os humanos – como humanos”⁵, buscando atribuir no caso do personagem a valoração de sujeito para a cadela Baleia, assim como o faria se fosse uma mulher, criança, etc.

Há também a voz de um dos comandantes das torturas, possivelmente Fleury, onde há uma confissão dos assassinatos e da estratégia de desaparecimento dos presos. Ele conta a um de seus subordinados o rompimento dos Estados Unidos com o

⁵ CASTRO, Eduardo Viveiros. *A inconstância da alma selvagem*. 5ª. ed. São Paulo: Cosac e Naify, 2013.

regime militar brasileiro e as exigências de que eles se desfizessem das provas mais comprometedoras. Há também o relato de um dos agentes da CIA que propõe um acordo ao torturador caso esse liberasse a filha de K., que àquela altura tinha conseguido fazer-se ouvir no exterior. Mas já não havia mais ninguém a ser liberado. A filha de K. fazia parte de uma das provas das quais o torturador há muito tinha começado a se desfazer. Ainda do lado dos militares há a narrativa de um dos que teriam sido banido da corporação por terem feito oposição ao golpe.

Já na segunda metade da obra há a narrativa de um dos infiltrados que agora delatava antigos companheiros e, pouco depois, a amante do torturador. Apaixonada por ele. Chamava-o de chefe, temia-o, sabia quem era e o que fazia. Mas tinha se apaixonado por ele. As outras duas mulheres-personagens no romance serão a psicóloga do INSS e Jesuína, funcionária da Ultragaz que fizera faxina na Casa da Morte de Petrópolis. Com alucinações e a lembrança constante dos gritos que ouvira no centro de tortura, Jesuína rende pouco no trabalho e sua ida ao INSS era uma solução arranjada pelo patrões para, ao manter a proteção a uma recomendada de Fleury, conseguirem uma aposentadoria por invalidez para ela.

No âmbito corporativo-institucional Kucinski também apresenta a imaginação de K. do que teria passado na cabeça de cada um dos membros que votaram pela demissão de sua filha por abandono de função na Universidade de São Paulo. A ficção dentro da ficção mostra a incoerência que poderia ter surgido naqueles judeus ou orientandos deles que vieram ao Brasil fugindo dos campos de concentração do regime de Hitler, o desprezo de alguns cientistas vendo a possibilidade de uma professora quase insignificante colocar em risco o nome da instituição e, a ciência, que não ficara em primeiro lugar para ela. Houve aqueles que na imaginação de K. poderiam ter pensado em defender a filha, simpatizavam com ela, mas nada poderiam arriscar dizer.

Por fim, a carta de Rodriguez, marido de Ana a um de seus companheiros exilado em Paris, questionando a postura tomada pela Organização. A não admissão da derrota. A exposição à morte inútil. O risco desesperado e desnecessário. A paranoia da traição, o justiciamento daqueles que se opuseram à direção. O

alienamento da realidade. O julgamento daqueles que falaram sob tortura. Expostas na carta algumas das principais feridas dos que participaram das organizações que lutavam contra a ditadura, que ainda hoje permeiam o debate. É uma centelha para possíveis questionamentos sobre essa época, jogada ao final do romance, já finita a busca de K., que ao saber por outros presos políticos da morte, há muito tempo da filha e do genro, falece em uma das celas da prisão que visitava.

O romance apresenta uma volta ao local do trauma, uma necessidade de apresentação dos acontecimentos, de contar sua versão. Márcio Selligman-Silva⁶ aponta essa necessidade de retorno ao trauma por alguns autores, como resultado da exclusão do tema e da quase total amnésia que se criou com relação ao período da ditadura militar brasileira. Segundo Silva, com exceção de alguns momentos após a instalação da Comissão Nacional da Verdade, quando em partes viu-se a retomada dos fatos, esse período político era “absolutamente recessivo na mídia, no Governo e no cotidiano brasileiro de modo geral”.

Em nosso país houve o que o autor chama de privatização do trauma: “apenas familiares e pessoas próximas às vítimas, além dos próprios sobreviventes, se interessaram por este tema e investiram na sua memória, na reconstrução da verdade e na busca da justiça.” Além da impunidade contra os crimes praticados, pouco se viu uma análise que tratasse menos como tabu as decisões e envolvimento das organizações de luta contra a ditadura.

Dalcastagnè nos lembra que apesar do tempo passado, a arte é talvez um dos únicos instrumentos que possam manter a memória dos horrores vividos, citando o exemplo de Picasso que pintou o grito de pavor em Guernica, o qual até hoje ecoa diante dos nossos olhos a violência sofrida. Manter viva a tragédia é um modo para não repeti-la. Uma recordação do que não se deveria reviver. No Brasil, a literatura cumpriu a função artística de relatar as violências cometidas no período ditatorial e

⁶ SILVA-SELLIGMAN, Márcio. Imagens precárias: inscrições tênues da violência ditatorial no Brasil. Revista de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n.43, p.13-34, jan/jun 2014.

reafirmar esse papel, analisando qual a história contada pelas obras publicadas recentemente, como K., pode reforçar o dever da memória e talvez começar a problematizar a memória coletiva do período.

A DESCOLONIZAÇÃO SOBRE O OLHAR

674

“Filiação. O contato com o Brasil Caraíba. Ori Villegaignon print terre. Montaigne. O homem natural. Rosseau. Da Revolução Francesa ao Romantismo, à Revolução Bolchevista, à revolução Surrealista e ao bárbaro tecnizado de Keyserling. Caminhamos.” (Manifesto antropófago, 1928)

Kátia da Costa Bezerra afirma que entrelaçar a memória da violência de Estado exercida durante a ditadura militar nos leva a refletir não apenas sobre o processo de construção da memória coletiva desse período, mas também sobre o efeito que tal violência ainda exerce no presente (BEZERRA, 2014). Partindo do entendimento de Barthes, de que o escritor é o que fala no lugar do outro, tomamos a literatura como uma representação, um espaço de interação e choque de diversos atores sociais. É por isso que, como indica Dalcastagnè, não podemos deixar de questionar quem é esse outro, qual posição lhe é reservada e o que o seu silêncio esconde.⁷

Bezerra lembra ainda que o discurso sobre a ditadura militar brasileira verte-se sempre sobre a versão dos militares e a da esquerda militante, tornando-se necessário uma problematização perante essa polarização trazendo novas leituras do período, uma vez que, citando Jelin (2003): “nem todo mundo compartilha das mesmas memórias. Há narrativas conflitantes baseadas em confrontos ideológicos. Mais do que isso, há divisões entre aqueles que experimentaram a repressão ou a guerra em diferentes estágios de suas vidas... Essa multiplicidade de memórias e narrativas do passado gera uma dinâmica particular na circulação social das memórias.” (Jelin, 2003, p.37)

⁷ DALCASTAGNÈ, Regina. “Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea”. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº 20. Brasília, julho/agosto 2002

Em K. vemos a polifonia de narradores, mas há uma delimitação do cenário. Todos os personagens narradores estariam novamente reproduzindo o colocado por Bezerra. Com exceção da história de Jesuína que de maneira híbrida trabalhou para os ditadores, mas era uma parte a margem do sistema, fazia faxina no centro de tortura e descobriu o que acontecia ao espiar, quando os patrões não estavam. Os demais personagens permeiam o cenário de K. entre aqueles que lutavam contra a ditadura, os amigos que ele procurou para ajudá-lo na busca da filha, os que se opuseram, autoridades de um lado e do outro, mas o espaço desenhado era o mesmo: a cidade, a classe média e média alta de São Paulo, sua Universidade, as lojas e fregueses do Bom Retiro, a comunidade hebraica, o arcebispado e sua equipe, e do outro lado, o quartel da Barão de Mesquita – o DOPS e seu universo de torturadores, repressores e pessoas que os rodeavam. Há passagens da narrativa no Rio de Janeiro, já que Ana teria sido levada à Casa da Morte de Petrópolis (centro clandestino de tortura), mas o padrão se mantém, com descrição sobre a cidade, seus personagens da classe social próximas a K., os espaços frequentados pelos que buscavam seus desaparecidos e a repressão militar que se fazia presente em nomes de pontes e ruas, nas duas cidades.

K. traz uma história importante sobre o desaparecimento e assassinato de uma jovem, como o foram de tantos outros jovens da classe média brasileira naquele período. Mas é importante ressaltar que ainda que fundamental, pois não há relatos de mortes melhores ou piores, ou mortes que se devem ou não narrar, há vozes silenciadas pelo romance: o genocídio dos índios, a sistemática opressão aos operários e aos movimentos sociais, a repressão nas favelas, a devastação ambiental por um projeto desenvolvimentista de eliminação do meio ambiente e outras faces da ditadura militar brasileira que não aparecem no romance. Há que se reiterar que não há obrigação sobre qual história deva ou não ser contada, mas talvez seja importante destacar tais silenciamentos.

Para Walter Mignolo a retórica da modernidade, incluindo aqui a matriz do poder colonial: cristianismo, civilização, desenvolvimento e modernização esconde o lado mais escuro, atrás da glorificação do homem e da razão. A colonização e as

consequências deste fenômeno que alterou, segundo Mignolo, toda a concepção de modernidade para o Ocidente atingiu de modo fatal e contínuo o pensamento e a construção epistêmica do outro lado do Atlântico. Sem a colonização os Europeus não teriam a Revolução Francesa nem a Declaração dos Direitos do Homem, que em tempos posteriores inspiraria a Declaração dos Direitos Humanos; por outro lado a episteme das nações colonizadas ficaria para sempre marcada pelas cicatrizes de um processo violento e devastador de imposição de dominação física e epistemológica.

Mignolo irá defender que sob essa mesma dominação epistemológica da modernidade/colonização, houve e ainda ocorre “uma massiva exploração do trabalho (da escravidão aberta do século dezesseis até o século dezoito, para a escravidão disfarçada até o século vinte um) e a dispensabilidade de vidas humanas desde a matança massiva de pessoas nos domínios Inca e Asteca até as mais de vinte milhões de pessoas de São Petersburgo à Ucrânia durante a 2ª Guerra Mundial, mortos chamados na Fronteira do Leste.”⁸ Estaríamos vivendo sob a continuidade dos horrores, podendo incluir entre as vidas humanas dispensadas os desaparecidos das ditaduras latino-americanas, as recentes guerras no Afeganistão, Iraque, Líbia, Iêmen e Síria.

Mignolo propõe o rompimento com essa ideia de modernidade/colonização e com uma ocidentalização do conhecimento, para que mundos diferentes possam coexistir, sugerindo alternativas para a objetividade epistêmica eurocêntrica, a partir da concepção de uma objetividade entre parênteses.

A diferença principal entre a desocidentalização e a decolonização, e o principal desafio, não é que os de-colonizados rejeitem o que segundo Mahbubani descreve como “modernização”. Ao invés disso, a tarefa e o desafio são em primeiro lugar, obter o nível de conforto em uma economia não capitalista, isto é, como se modernizar, segundo uma visão defendida por Mahbubani, sem reproduzir colonialismos de tal modo que não somente a classe média usufrua de certos padrões básicos de vida, mas também todo o planeta. O segundo ponto é que não há uma conexão essencial (fundamental) entre eletricidade, água potável, telecomunicações, etc e a modernidade. São conexões arbitrárias que foram naturalizadas. (MIGNOLO, 2008:47)

⁸ MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008

A opção descolonial de Mignolo defende uma ruptura com as “ruínas e memórias da civilização ocidental”, pois esta seria uma sociedade que daria menos valor a vida, ao tornar parte de seus membros descartáveis em prol da sobrevivência dos processos de acumulação de riqueza. Se não houver esse bloqueio, a desobediência epistêmica com relação aos padrões, já impostos de maneira violenta aos colonizados, pode ser que a perpetuação da violência continue, é isso que Mignolo apresenta. Romperíamos com Auschwitz, porque somos já marcados pelas mortes de Astecas, Incas, Guaranis, escravos africanos, seus filhos e netos nascidos em nossas terras. Sem os universalismos propostos pela racionalidade kantiana da modernidade/colonização, não deveríamos buscar somente em Marx nosso referencial de contraposição. Há outras opções epistêmicas e deveríamos visitá-las, entendê-las, analisá-las, porque ali haveria a consciência mestiça, da qual falaram Gloria Anzaldúa e Rodolfo Kusch.

“The consciousness of being-such and the awareness of not-being-such (in the case of Kusch, neither European nor Indian) or sensing a tension between being-such and such (in the case of Du Bois, being black and American, when American was assumed to be white) points toward the sphere of experience that in Gloria Anzaldúa was articulated as “the mestiza consciousness/la conciencia de la mestiza”. (MIGNOLO, 2011: 107)

Mignolo coloca a consciência mestiça não como uma questão biológica, de sangue ou descendência genética e de quem teria direito ou menos de falar sob este recorte. O autor identifica no conceito uma “fratura entre o ser e o estar”, do sujeito fora do lugar, do pensamento de fronteira. De um intelectual que deverá teorizar como um sujeito que fala a partir de uma experiência com marcas e cicatrizes da imposição violenta da modernidade/colonização, com características bastante diversas da Alemanha de Hegel, dos modelos ingleses analisados por Marx, da Itália na Renascença ou da Inglaterra e França dos Iluministas. A proposta da opção descolonial de Mignolo traz em si a ideia de identidade em política.

“A identidade em política é relevante não somente porque a política de identidade permeia, como acabei de sugerir, todo o espectro das identidades sociais, mas porque o controle da política de identidade reside, principalmente, na construção de uma identidade que não se parece como tal, mas como a aparência “natural” do mundo. Ou seja, ser branco, heterossexual e do sexo masculino são as principais características de uma política de identidade que denota identidades

tanto similares quanto opostas como essencialistas e fundamentalistas.” (MIGNOLO, 2008: 289)

A partir dessa “naturalidade” da identidade política, Dalcastagnè questiona justamente essa transcendência universal da Literatura que a tornaria objeto de produção de uns e de testemunho de outros.

“Assim, não somos nós, com nossas convicções e preconceitos, a legitimarmos determinado romance ou poema, rejeitando outros, mas cada obra em particular, com suas “qualidades estéticas e universais”, a conquistar seu espaço, consagrando autor e personagens. Em suma, a produção artística seria regida por leis transcendentais, o que a tornaria inacessível para alguns – uma vez que é bem mais fácil argumentar contra decisões humanas do que se impor diante de regras eternas e imutáveis, tão mais castradoras quanto mais enraizadas parecem estar na realidade social que a circunscreve.” (DALCASTAGNÈ, 2012:192)

Regina Dalcastagnè irá propor diante de uma vasta pesquisa (258 romances publicados por três importantes editoras do país entre 1990 – 2004) um quadro amplo de como tem se dado a produção e, sua principal questão levantada, a representação na Literatura Brasileira Contemporânea. A autora expõe que sua principal preocupação com a pesquisa é a disputa dentro da literatura, tido como um campo privilegiado de representação, da possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo. Poder falar com legitimidade ou legitimar o que fala. Quem escreve literatura e quem deve testemunhá-la.

Um dos pontos da pesquisa, gritante, que será problematizado pela pesquisadora é que de 1990 a 2004 de todos os romances publicados pelas principais editoras do país, 72,7% dos autores eram homens, 93,9% brancos, mais de 60% deles vivem no Rio de Janeiro ou em São Paulo, quase todos estão em profissões que já são espaços privilegiados do discurso, são jornalistas ou professores universitários. Concluindo, o escritor de literatura brasileira contemporânea é homem, branco, de classe média e vive no eixo Rio-São Paulo. É essa centralização do discurso que será apresentada como problema na diversidade (falta dela) de vozes, personagens, narradores, situações e na reafirmação ou reapresentação constante de preconceitos e posições, políticas inclusive.

As mulheres retrospectivas e em casa. Os pobres marginais. Os marginais desejando a vida dos ricos, ou destruindo-a porque não podem tê-la. Esses são apenas alguns pontos de vista demonstrados pela autora, como discursos de reafirmação apresentados diante de uma homogeneização das vozes presentes nos romances.

Além da necessidade de abertura para que outros grupos acessem a produção da literatura e sejam analisados e reconhecidos como tal, não por meio de suas margens e delimitações que são impostas pelo e para reafirmação do próprio campo literário, há um problema iminente da necessidade de problematização da representação.

A LITERATURA SOBRE A VIOLÊNCIA

Dalcastagnè fundamenta que para além da função de denúncia e documento histórico já exercida pelas reportagens ou testemunhos publicados em grande número na volta dos exilados ao país, os romances podem acolher à dor das vítimas, oferecendo espaço aos vencidos, à memória, sem necessariamente ater-se somente às verdades oficiais e os fatos. (DALCASTAGNÈ, 1996:48)

Sobre a importância de um teor crítico sobre horrores realizados, Jaime Ginzburg relembra Adorno, que afirmou em *Crítica cultural e sociedade*, “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro” (GINZBURG, 2003 apud ADORNO 1998: 26). Tal afirmação evoca as produções poéticas de estado contemplativo. Para o autor, permitir-se a contemplação passiva após Auschwitz seria, de certo modo, naturalizar o horror vivido, banalizá-lo. Tal feito, associado à política do esquecimento promovida em diversos setores da educação e produção cultural é a legitimação necessária para que atos desumanos se repitam constantemente.⁹

O risco sinalizado por Adorno, de que a contemplação estética dos horrores pode levar a uma banalização da barbárie, é tocado no romance, quando K. pensa em fazer literatura com a história da busca de sua filha.

⁹ GINZBURG, Jaime – “Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós”. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n° 21. Brasília, janeiro/junho 2003)

“Aos poucos K. foi se dando conta de que havia um impedimento maior. Claro, as palavras sempre limitavam o que se queria dizer, mas não era este o problema principal; seu bloqueio era moral, não era linguístico: estava errado fazer da tragédia de sua filha objeto de criação literária, nada podia estar mais errado. Envaidecer-se por escrever bonito sobre uma coisa tão feia.” (KUCINSKI, 2012:133)

É então que K. decide abandonar a língua com que se tornou um escritor premiado, o iídiche, e escrever em hebraico a história da busca pela sua filha, assim também podendo contar aos netos quem foi ela e o que lhe teriam feito. É a segunda vez que a ideia de homenagear a filha pela literatura se esvai. A primeira se deu na tentativa de impressão de um livro de memórias que pudesse substituir a lápide, a qual não permitiram que Ana tivesse. Não havia corpo, não poderia haver lápide no cemitério judeu e, como a filha era uma comunista/terrorista também o dono da gráfica conhecida por K. se recusou a imprimir o livro em homenagem póstuma a Ana e ao marido.

No romance K. a literatura é questionada como um possível espaço para tratar das dores, das violências sofridas no *sorvedouro de pessoas*, mas encerra por fim que seu personagem desiste dela para expurgar suas dores. A ideia da homenagem impressa em livro não se deu naquela gráfica do bairro, mas o romance não conta o personagem insistindo para fazê-lo em outros lugares. Quando pensa em colocar no iídiche, o seu idioma de literato, ali também ele desiste porque estaria tratando com beleza o horror. Por fim, K. resolve apenas contar sua história, em outra língua, como um avô que conversaria com os netos.

“Queria relatar às netas em Eretz Israel tudo o que havia acontecido. E as netas não conheciam o iídiche, só o hebraico. Naquela mesma noite, K. escreveu sua primeira carta à neta em Eretz Israel, em hebraico impecável, como ele aprendera de criança no heder. Assim, não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraça da filha; era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar.” (KUCINSKI, 2012:134)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance termina por um abandono da literatura como redenção para a dor do pai que incansavelmente buscou sua filha desaparecida. O círculo se fecha quando ele volta a prisão e finalmente recebe a confirmação de algo que já sabia. A

morte da filha, revela-se como a possibilidade de libertação para K., ainda que tenha tal fato se dado dentro da cela de uma prisão. É o fim de uma angústia pela morte, vindas através da certeza da morte da filha e em seguida do falecimento do próprio personagem-protagonista. Ainda assim, o encerramento do romance propriamente dito se dá sob dois aspectos interessantes: o primeiro, a carta de Rodriguez ao companheiro de Organização exilado em Paris. Ali estaria um grande ponto de discussão sobre o que teria sido o papel das organizações e da própria luta armada, no combate à ditadura. O segundo um relato de que uma turista brasileira dizia ter visto a filha de K. no exterior. O narrador naquele momento, passado tanto tempo do desaparecimento, entende aquele como um recado do sistema repressivo, ainda ativo, apesar de silencioso.

“Não retornei o telefonema. Lembrei-me dos primeiros meses após a desapareção; sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam as pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar. Esse telefonema – concluí – é uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, na qual uma artista de teatro personificou o seu desaparecimento. O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado. São Paulo 31 de dezembro de 2010.” (KUCINSKI: 2012, 177)

Naturalizar a representação literária, seja do modo como nos coloca Mignolo, através de um não questionamento epistemológico do nosso lugar de fala, ou não problematizando a homogeneização de produção e narradores comprovados pela pesquisa de Dalcastagnè é silenciar diversas vozes sobre questões importantes, como a violência vivida nos tempos de ditadura militar brasileira e impedir que outras lentes e olhares se deem sobre narrativas que tratadas num viés dicotômico (militantes x militares) tem se mostrado instrumento fácil de empenho para uma banalização do que ocorreu, ou de retroalimentação de tal sistema repressivo sugerido pelo narrador de K.

“Outro ano mais, e a ditadura finalmente agonizará, assim parece a todos; mas não será a agonia que precede a morte, será a metamorfose, lenta e autocontrolada. O pai que procura a filha desaparecida ainda empunhará obstinado fotografia ampliada no topo do mastro, mas os olhares de simpatia escassearão. Surgirão outras bandeiras, mais convenientes, outros olhares. O ícone não será mais necessário; até incomodará. O pai da filha desaparecida insistirá,

afrontando o senso comum. Alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, para a maioria, nunca se desviou. Velhos morrem, crianças nascem. O pai que procurava a filha desaparecida já nada procura, vencido pela exaustão e pela indiferença. Já não empunha o mastro com a fotografia. Deixa de ser um ícone. Já não é mais nada. É o tronco inútil de uma árvore seca.” (KUCINSKI, 2012: 90-91)

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Kátia da Costa. Que bom te ver viva: vozes femininas reivindicando uma outra história. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº43. Brasília janeiro/junho 2014.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. *A inconstância da alma selvagem*. 5ª. ed. São Paulo: Cosac e Naify, 2013.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2012.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea*. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 20. Brasília, julho/agosto 2002.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. (Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº43. Brasília janeiro/junho 2014.
- GINZBURG, Jaime. *Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós*. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 21. Brasília janeiro/junho 2003.
- JELIN, Elizabeth. *State repression and the labors of memory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- KUCINSKI, Bernardo. K. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LEHNEN, Leila. *Memórias manchadas e ruínas memoriais em A mancha e O condomínio*, de Luis Fernando Veríssimo. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº43. Brasília janeiro/junho 2014.
- MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options (Latin America Otherwise)*. Duke University Press Books, 2011.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Introdução*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.) *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

VECCHI Roberto DALCASTAGNÈ Regina. Apresentação. Revista de Estudos de Literatura Brasileiro Contemporânea, n.43 janeiro/junho 2014.